



3 DE FEVEREIRO DE 1874



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

PSICÓLOGO JUDICIÁRIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 70 questões objetivas, e o caderno de prova discursiva.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e discursiva é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início das provas.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova discursiva, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números 01 e 02.



(Bill Waterson. *O melhor de Calvin*. <https://cultura.estadao.com.br>, 18.06.2019. Adaptado)

01. Na tira, é relatada uma situação que nos permite concluir que

- (A) a televisão, com seus programas, controla Calvin, assim como ocorre na história que ele leu.
- (B) o programa de televisão que Calvin acompanha é uma adaptação da história que ele leu no livro.
- (C) o garoto Calvin não sabe responder à pergunta que o tigre Haroldo faz no 3º quadro e desconversa.
- (D) o tigre Haroldo é cético quanto à possibilidade de que as máquinas possam controlar os humanos.
- (E) Calvin não entende por que o tigre Haroldo acha a ideia do livro assustadora e por isso o ignora.

02. Está correto, segundo a norma-padrão da língua portuguesa e o sentido original, o seguinte trecho do terceiro quadro reescrito:

- (A) ... ao invés de termos controle sobre as máquinas, as máquinas são por nós manipuladas?
- (B) ... ao invés de sermos manipulados pelas máquinas, nós somos seus controladores?
- (C) ... ao invés de a gente ser controlado pelas máquinas, são elas que nos controlam?
- (D) ... ao invés de controlarmos as máquinas, elas são manipuladas por nós?
- (E) ... ao invés de as máquinas serem controladas por nós, nós somos manipulados por elas?

03. Assinale a alternativa em que o vocábulo em destaque corresponde ao sentido expresso entre parênteses.

- (A) O garoto pensou e depois **ratificou** a informação que não estava correta. (corrigiu)
- (B) Os programas de TV levaram o garoto a entregar o trabalho **intempestivamente**. (precocemente)
- (C) O pedido do garoto para ver TV foi **deferido** pela mãe, que impôs um horário. (aprovado)
- (D) Era **latente** a necessidade do garoto de falar sobre o livro que acabara de ler. (evidente)
- (E) As crianças testemunham as coisas e depois é **frangente** a empolgação em contá-las. (incontestável)

04. Assinale a alternativa em que o termo entre parênteses substitui corretamente a expressão.

- (A) controlar os humanos (controlar-lhes).
- (B) passam a controlar (passam-lhe).
- (C) transformam em zumbis (transformam-os).
- (D) ler uma história de ficção (lê-la).
- (E) dominar as máquinas (domina-as).

Leia o texto para responder às questões de números **05 a 08**.

Aspas têm sido úteis no decorrer da minha vida e, imagino, na de inúmeras pessoas também. Na escola, ao usá-las pela primeira vez numa redação, provoquei até emoção na professora. Ganhei elogios. Coisa de que nunca se esquece.

Utilizar aspas em uma palavra ou expressão não significa perdão ou redenção. É falso, também, dizer que amenizam o próprio conteúdo ou o impacto dessas expressões. Ao contrário, todo pensamento escrito, sinalizado ou falado “entre aspas” vale mais ainda, e por duas razões.

Primeiro: usar aspas é uma escolha consciente. Não decidimos abrir aspas pela ameaça de um revólver na cabeça, por chantagem emocional ou financeira. Palavras e expressões entre aspas são selecionadas com autonomia e independência e, assim, refletem e registram opiniões e intenções.

Segundo, ao usar aspas, a pessoa faz uma denúncia de si mesma. Algo do inconsciente humano vive precisamente entre o abre aspas e o fecha aspas. Ao utilizá-las, revelamos um pouquinho do que habitualmente escondemos ou contamos só pela metade, devagarinho, de modo a ir calibrando a reação da sociedade, de quem amamos, de qualquer pessoa ou grupo que nos afete.

Apenas nos últimos dias ecoou dentro de mim um alerta sobre o uso das aspas, pois me dei conta de que esse sinal gráfico em forma de pequenas alças – como as aspas são descritas nos dicionários – é de uso arriscado, enganoso e potencialmente danoso. Seu uso, hoje deduzo, não é tão inofensivo.

(Cláudia Werneck. *Aspas nunca mais*.
www1.folha.uol.com.br, 08.09.2021. Adaptado)

05. Para a autora do texto, um certo uso específico das aspas

- (A) tem a capacidade de promover a boa convivência entre as pessoas, mas não pode ser confundido com um pedido de desculpas.
- (B) mascara os reais propósitos daquele que fala, o qual, com intenção, pode gerar algum tipo de dano.
- (C) revela um comportamento agressivo, como o de quem ameaça outra pessoa com arma de fogo por motivos pouco nobres.
- (D) caracteriza-se como um recurso importante para convencer professores de que o texto em que tal uso é feito é de qualidade.
- (E) é recurso condenável porque acaba ferindo regras gramaticais e, conseqüentemente, interferindo no bom uso da língua.

06. Um trecho do texto que poderia receber aspas, devido às funções que tais sinais gráficos possuem, preservando-se o sentido original, é:

- (A) ... me dei conta de que esse “sinal gráfico em forma de pequenas alças” – como as aspas são descritas nos dicionários... (5º parágrafo)
- (B) Aspas têm sido úteis “no decorrer da minha vida” e, imagino, na de inúmeras pessoas também. (1º parágrafo)
- (C) É falso, também, dizer que amenizam “o próprio conteúdo ou o impacto” dessas expressões. (2º parágrafo)
- (D) ... de modo a ir calibrando “a reação da sociedade, de quem” amamos, qualquer pessoa ou grupo que nos afete. (4º parágrafo)
- (E) “Não” decidimos abrir aspas pela ameaça de um revólver na cabeça, por chantagem emocional ou financeira. (3º parágrafo)

07. O trecho reescrito encontra-se em conformidade com o sentido original e com a norma-padrão da língua portuguesa em:

- (A) “Na escola, ao usá-las pela primeira vez numa redação, provoquei até emoção na professora” (1º parágrafo) / Na escola, ao usá-las primordialmente numa redação, provoquei até emoção na professora.
- (B) “Palavras e expressões entre aspas são selecionadas com autonomia e independência...” (3º parágrafo) / Palavras e expressões entre aspas são selecionadas autônoma e independentemente...
- (C) “... é de uso arriscado, enganoso e potencialmente danoso” (5º parágrafo) / ... é arriscadamente e enganosamente usual e potencialmente danoso.
- (D) “... revelamos um pouquinho do que habitualmente escondemos ou contamos só pela metade...” (4º parágrafo) / ... revelamos um pouquinho do que escondemos de modo habitual ou contamos só parcialmente...
- (E) “Algo do inconsciente humano vive precisamente entre o abre aspas e o fecha aspas” (4º parágrafo) / Algo do inconsciente humano precisa viver entre o abre aspas e o fecha aspas.

08. Um vocábulo empregado em sentido figurado está destacado em:

- (A) ... **provoquei** até emoção na professora. (1º parágrafo)
- (B) Ganhei **elogios**. (1º parágrafo)
- (C) Primeiro: usar aspas é uma **escolha** consciente. (3º parágrafo)
- (D) Segundo, ao usar aspas, a **pessoa** faz uma denúncia de si mesma. (4º parágrafo)
- (E) ... amenizam o próprio conteúdo ou o **impacto** dessas expressões. (2º parágrafo)

09. De acordo com a norma-padrão de concordância, está corretamente redigida a seguinte frase:

- (A) Um livro de regras de pontuação são úteis para aprender a pontuar corretamente.
- (B) Elogios da professora preferida recebido pela aluna a deixaram em estado de graça.
- (C) O uso que escolhemos fazer da linguagem determina como queremos que nos vejamos.
- (D) A intenção abusiva e desrespeitosa que certos trejeitos escondem os tornam perigosos.
- (E) Cada um de nós temos nosso jeito de nos expressar e argumentar, o que revelam nossa individualidade.

Leia o texto para responder às questões de números 10 e 11.

Um grupo de cientistas vai mapear amostras de fungos subterrâneos em 2022. A meta deles é registrar em quais regiões esses organismos estão ameaçados. Com os dados em mãos, a equipe quer encontrar melhores formas de proteger e conservar o meio ambiente.

O foco do grupo científico está nas micorrizas, como são chamadas as associações entre fungos e raízes de plantas e árvores. Estudos demonstram que as associações são capazes de absorver grandes quantidades de dióxido de carbono da atmosfera. O processo diminui o impacto do aquecimento global.

As combinações também são responsáveis por criar conexões entre as plantas, em uma rede que se assemelha à internet, com repasse de nutrientes, em vez de informações, entre as árvores.

Em apenas 10 centímetros do solo, é possível encontrar mais de 450 quatrilhões de quilômetros dessas associações entre fungos e plantas, estimam os cientistas. Apesar da importância desses organismos, pouco se sabe sobre eles, e há poucas iniciativas que buscam preservar a biodiversidade abaixo do solo, onde eles estão, algo que a iniciativa do grupo de cientistas tenta mudar com o mapeamento.

Com a coleta de amostras, os pesquisadores vão criar imagens que demonstrem a função dos fungos ao absorver dióxido de carbono. Esse processo pode estar ameaçado pela expansão agrícola, pelo uso de fertilizantes e de pesticidas no solo e pelo desmatamento e urbanização.

(Crisley Santana. *A iniciativa científica para fazer um mapa global de fungos*. www.nexojournal.com.br, 02.12.2021. Adaptado)

10. De acordo com o texto, é correto afirmar que

- (A) as associações de fungos e raízes participam ativamente de processos biológicos que reduzem a emissão de gases poluentes.
- (B) fatores como o uso de agrotóxicos e o crescimento das cidades são potencialmente prejudiciais à absorção de gases feita pelos fungos.
- (C) as micorrizas funcionam como a internet, em que as associações de fungos e raízes trocam importantes dados entre si.
- (D) os fungos que constituem as micorrizas são encontrados em uma profundidade de solo de até 10 centímetros e se estendem por quatrilhões de quilômetros.
- (E) pesquisadores querem investigar a importância das micorrizas de modo a propor novas aplicações para essas associações no ambiente agrícola.

11. O trecho – Apesar da importância desses organismos, pouco se sabe sobre eles... (4º parágrafo) – pode ser assim reescrito, observando a norma-padrão e o sentido original:

- (A) Não obstante a relevância das micorrizas, pouco se sabe sobre elas.
- (B) Pouco se sabe sobre as micorrizas, mas elas são de pouco interesse.
- (C) Pouco se sabe sobre as micorrizas, dada a pouca influência delas.
- (D) Embora pouco se saiba sobre as micorrizas, elas são de pouca deferência.
- (E) Conquanto as micorrizas sejam pouco interessantes, não se sabe muito sobre elas.

12. Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas segundo a norma-padrão de regência.

Algumas pragas que acometem _____ plantações podem ser combatidas _____ fungos sem afetar diretamente _____ frutos e sem comprometer os testes de qualidade _____ que estão sujeitos os produtores.

- (A) nas ... contra ... nos ... de
- (B) das ... nos ... dos ... por
- (C) as ... contra ... nos ... com
- (D) nas ... por ... os ... de
- (E) as ... com ... os ... a

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

13. Um casal em processo de separação disputa a guarda da filha única. A mãe alega que o pai não tem condições emocionais de criar uma criança. Relata que ele sempre foi emocionalmente frio, distante, incapaz de mostrar carinho. O marido reconhece não ser uma pessoa calorosa e revela que não consegue expressar seus sentimentos, apesar do afeto que sente pela filha. Reconhece não confiar naqueles que o cercam, mas acredita ter mais responsabilidade do que a mãe para cuidar da criança. Sob a perspectiva de John Bowlby, é provável que as dificuldades afetivas do marido
- (A) poderão se resolver plenamente em relacionamentos que o valorizem e permitam a reconstrução de sua autoimagem.
 - (B) sejam associadas a pensamentos catastróficos que minam sua capacidade de confiar em outra pessoa, comprometendo sua competência como cuidador.
 - (C) sejam típicas do transtorno esquizotípico, caracterizado pelo distanciamento emocional e pelo desinteresse nas relações interpessoais.
 - (D) sejam decorrentes de relações familiares pouco satisfatórias na infância, que tenderão a persistir por toda a sua vida.
 - (E) sejam específicas da dinâmica familiar desenvolvida no sistema pai-mãe-filha em questão, que envolve conflitos de ambos os cônjuges.
14. Entre os direitos fundamentais da criança e do adolescente estão o direito à educação e o direito à profissionalização. De modo a contemplá-los adequadamente, o Estatuto da Criança e do Adolescente determina que a profissionalização deve
- (A) qualificar jovens de pelo menos 18 anos de idade após a conclusão do ensino médio para a entrada no mercado de trabalho.
 - (B) ser incluída na grade curricular das escolas públicas, de modo a qualificar adolescentes que tenham concluído o ensino médio para a entrada no mercado de trabalho.
 - (C) oferecer condições para a frequência regular na escola, sendo a atividade laboral proibida para menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz.
 - (D) ser ofertada por instituições de ensino técnico após a conclusão do ensino fundamental para crianças e adolescentes de baixa renda de modo geral.
 - (E) complementar a educação regular por meio de atividades profissionais exercidas a partir dos 12 anos de idade, com os direitos trabalhistas assegurados.
15. Donald Winnicott entende que a agressividade, nos primeiros meses de vida do bebê,
- (A) não se manifestará se o ambiente fornecer cuidados satisfatórios, o que constituirá a base para a futura adaptação social.
 - (B) está investida de sentimento de ódio projetado na mãe, para proteger o ego emergente contra a própria destrutividade.
 - (C) surgirá como resposta a experiências reais de frustração, sem se caracterizar necessariamente como pulsão agressiva.
 - (D) é indissociável da pulsão destrutiva que a criança precisa externalizar para aplacar estados de excitação excessiva.
 - (E) é originalmente parte de alguma forma de amor instintivo que por acaso poderá ser cruel e dolorosa.
16. Um jovem de 18 anos foi considerado culpado por um crime de estupro de uma jovem que se encontrava bastante alcoolizada e desorientada. O jovem reconhece ter cometido o ato, mas não se sente responsável porque a vítima não ofereceu resistência. O advogado do jovem consulta um psicólogo sobre a possibilidade de substituir o encarceramento por um encontro restaurativo. Nessas circunstâncias, segundo H. Zehr (2012), cabe ao psicólogo esclarecer que
- (A) o caso não reúne condições para um encontro restaurativo dada a gravidade e o grau de violência do delito cometido.
 - (B) o fato de o jovem não assumir a responsabilidade pelo delito o desqualifica para um eventual encontro restaurativo.
 - (C) o encontro não será possível porque ainda não foi desenvolvido um modelo específico de Justiça Restaurativa aplicável a crimes de natureza sexual.
 - (D) será necessário convencer a vítima a pelo menos considerar a possibilidade do perdão ao ofensor antes de promover o encontro.
 - (E) a substituição do encarceramento pelo encontro restaurativo só será possível se o jovem pedir perdão à vítima.
17. Ao abordar a agressividade no desenvolvimento do bebê, Donald Winnicott afirma que
- (A) a agressão é positiva quando concreta, pois odiar e agredir é melhor do que aniquilar o mundo magicamente.
 - (B) manifestações agressivas como pontapés no útero materno são naturais, mas assumem um caráter negativo se direcionadas à mãe após o nascimento.
 - (C) não se pode falar de uma agressividade do bebê, na medida em que o sentido da destrutividade só surgirá a partir dos 3 anos de idade.
 - (D) com o desenvolvimento, a agressão deixa de fazer parte das gratificações e relações que compõem a vida na infância.
 - (E) a expressão concreta da agressividade, pelo bebê, constitui evidência de um esvaziamento interno que precede a depressão anaclítica.

18. Em processo de divórcio litigioso, com acusações de violência sexual do pai em relação à filha, o psicólogo perito declara o seguinte em documento resultante da avaliação psicológica realizada: “na entrevista com o Sr. João, não foi possível conhecer sua história de vida e suas relações familiares, pois ele se limitou a falar de sua relação com a ex-esposa, tentando provar que as ações dela como mãe eram erradas, desqualificando-as ao seu olhar”. Em se tratando de entrevista psicológica ou clínica, conforme entendida por José Bleger (2011), essa descrição revela que o psicólogo deveria ter
- (A) utilizado testes psicológicos no lugar da entrevista, por serem menos ameaçadores e mais adequados ao contexto pericial.
 - (B) atentado para aspectos da interação entrevistador-entrevistado que teriam levado o entrevistado a adotar atitudes defensivas.
 - (C) impedido que as variáveis da personalidade do entrevistado dominassem a entrevista, controlando sua atitude pouco colaboradora.
 - (D) adotado uma atitude mais próxima e amigável, de modo a deixar o entrevistado mais à vontade e contornar suas atitudes defensivas.
 - (E) esclarecido para o entrevistado o impacto negativo de sua atitude beligerante em relação à esposa para a avaliação psicológica.
19. Segundo D. Falcke (em Hutz *et al.*, 2020), a literatura sobre agressores conjugais indica maior frequência, nesse grupo, de transtornos de personalidade
- (A) histriônico.
 - (B) bipolar.
 - (C) paranoide.
 - (D) *borderline*.
 - (E) esquizotípico.
20. Na visão de John Bowlby,
- (A) o comportamento de exploração é menos comum em crianças com forte ligação com a mãe, que evitam se afastar dela.
 - (B) o comportamento exploratório da criança pode ser observado na prole de várias espécies, e nada indica em termos de ligação com a mãe.
 - (C) comportamento exploratório e de ligação se alternam, sendo este último acionado por situações percebidas como assustadoras pela criança.
 - (D) o comportamento de ligação é acionado por situações de segurança, o que ativa, no bebê, o comportamento de exploração do ambiente.
 - (E) condutas de exploração e ligação são independentes e multideterminadas, envolvendo atributos inatos da criança e modalidades de estilo parental.
21. Um garoto de 12 anos tem apresentado problemas recorrentes de prática de *bullying* e agressão a crianças menores. Na visão de Levisky e Levisky (em Levisky, Gomes e Fernandes, 2014), essa conduta possivelmente representa
- (A) manifestações de cargas impulsivas intensas próprias do repertório genético do indivíduo potencializado pela competitividade própria do sistema capitalista e sua ênfase no individualismo exacerbado.
 - (B) fruto da extrema relativização moral da pós-modernidade, que não oferece referências claras e estáveis sobre um código social minimamente definido para balizar as relações entre indivíduo e mundo social.
 - (C) a projeção dos sentimentos de rejeição e violência do jovem agressor em bodes expiatórios, decorrente de estados internos de privação da incorporação de funções parentais protetoras e organizadoras.
 - (D) uma conduta habitual no período da adolescência, decorrente da moratória social que permite ao jovem experimentar diferentes formas de relação eu-mundo, inclusive as associadas às pulsões agressivas.
 - (E) uma expressão de comportamentos violentos naturalizados e aprendidos no seio da família, que levam à sua reprodução nos mais diferentes contextos da vida cotidiana da pré-adolescência.
22. Considerando-se o trabalho de psicólogos concursados para atuar nas instituições judiciárias, observa-se que, em comarcas de primeira entrância, nas quais todas as matérias são julgadas por um único juiz, o psicólogo que ali atua desenvolve trabalhos no âmbito
- (A) das Justiças da Infância e da Juventude, do Idoso e da Mulher.
 - (B) do Direito de Família e das populações vulneráveis de modo geral.
 - (C) do que for solicitado pelo Juiz da Comarca, seja qual for a área do Direito envolvida.
 - (D) do PNAS – Plano Nacional de Assistência Social, em equipe multidisciplinar.
 - (E) do Direito de Família, da Justiça da Infância e da Juventude, e do Direito Penal.
23. A maneira como o psicólogo se posiciona diante da complexidade dos fenômenos psicológicos expressos em questões jurídicas exige desse profissional uma postura crítica perante sua própria atuação. Particularmente, merece(m) atenção, por parte dos psicólogos, segundo as Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos(os) em Varas de Família,
- (A) sua atuação no aqui-agora do caso em questão, sem contribuições de teorias psicológicas.
 - (B) a indicação clara, nos laudos psicológicos, da decisão a ser tomada pelo Juiz da causa.
 - (C) a classificação nosológica e o encaminhamento de casos que envolvem conduta violenta.
 - (D) o sentido do seu trabalho para a consolidação dos direitos humanos e da cidadania.
 - (E) o aperfeiçoamento dos métodos de exame e avaliação das pessoas, foco da sua atuação.

- 24.** A possibilidade de elaboração do luto, segundo Donald Winnicott, depende, em boa parte, da maturidade do indivíduo. Na infância, para tal elaboração é importante que a criança possa
- (A) contar com um senso de envolvimento razoavelmente fortalecido.
 - (B) permanecer sem consciência da perda concreta ocorrida.
 - (C) lançar mão de mecanismos primitivos, como a destruição interna do objeto perdido.
 - (D) afastar da consciência sentimentos ambivalentes em relação ao objeto perdido.
 - (E) projetar o objeto perdido em outras relações, ao invés de introjetá-lo.
- 25.** Caso os direitos da criança e do adolescente reconhecidos no ECA sejam ameaçados ou violados, o Artigo 101 do Estatuto determina que
- (A) medidas referentes à educação só poderão ser definidas após a realização de avaliação psicológica na criança ou no adolescente.
 - (B) o acolhimento em família substituta perdurará enquanto a família de origem apresentar vulnerabilidade social.
 - (C) o acolhimento institucional é a única medida de proteção específica que não pode ser substituída por outra.
 - (D) o encaminhamento do jovem aos pais poderá ser realizado mediante assinatura de termo de responsabilidade pelos genitores.
 - (E) somente o Ministério Público poderá deliberar quanto às possíveis medidas de proteção específicas a ser aplicadas.
- 26.** O conceito de articulação tem sido fortalecido nos estudos que pretendem combater as diversas formas de desigualdade social, como as de gênero, raça /cor, o que pode ser útil para a compreensão desse fenômeno e para a prática profissional do psicólogo. Tal conceito entende que
- (A) as questões relacionadas às desigualdades sociais só podem ser analisadas a partir da visão sistêmica das condições sociais que as originaram.
 - (B) gênero, raça e classe devem ser analisados como recursos que oferecem oportunidades de ação, e não simplesmente tomados como formas limitantes dos marcadores de identidade.
 - (C) fatores biológicos, históricos e sociais devem ser articulados para uma abordagem compreensiva das formas de opressão patriarcais e supremacistas brancas.
 - (D) violência de gênero, de raça e de cor devem ser entendidas à luz das formas de opressão específicas de cada tipo e suas respectivas origens.
 - (E) há eixos de poder estabelecidos pelo patriarcado, pelo racismo e pela luta de classes, cujo cruzamento define as múltiplas opressões a que uma pessoa estará submetida, seja qual for seu gênero, raça ou classe.
- 27.** Um psicólogo realiza uma avaliação psicológica por determinação de um juiz em um processo de disputa de guarda. Nesse contexto, conforme a Resolução nº 06/2019, a entrevista devolutiva para os litigantes
- (A) ficará a critério do psicólogo que realizou a avaliação, a partir da ponderação sobre os benefícios ou prejuízos potenciais do procedimento.
 - (B) não se aplica, porque a realização de uma entrevista devolutiva só se dá no contexto clínico, para fins de encaminhamento.
 - (C) poderá ser realizada após publicação nos autos, para esclarecer o conteúdo do documento juntado.
 - (D) é dispensável, porque a demanda partiu de instância judiciária, e não das pessoas envolvidas.
 - (E) se dará apenas para os assistentes técnicos, que transmitirão aos respectivos clientes o conteúdo do que foi abordado na ocasião.
- 28.** Levisky e Levisky (em Levisky, Gomes e Fernandes, 2014) associam a escalada de homicídios intrafamiliares
- (A) à glamourização da violência nas produções culturais.
 - (B) às configurações familiares da pós-modernidade.
 - (C) à indefinição das funções parentais.
 - (D) à erosão da comunicação pais-filhos.
 - (E) à crescente profissionalização das mulheres.
- 29.** Interessado em desenvolver programas restaurativos terapêuticos, um psicólogo judiciário volta sua atenção para ofensores de crimes graves, como homicídio ou estupro, que já se encontram encarcerados. Um obstáculo recorrente com que se depara, entretanto, tem sido a falta de interesse das vítimas em participar desses programas. Para dar andamento ao seu projeto, o psicólogo pode
- (A) oferecer treinamento e cursos profissionalizantes que promovam a autonomia do ofensor e sua participação efetiva na vida comunitária.
 - (B) promover o encontro do ofensor com uma vítima substituta que poderá ajudá-lo a compreender adequadamente o ato cometido.
 - (C) optar por abordagens mais pedagógicas, nas quais agentes da lei esclarecem para o ofensor as consequências de seus delitos, dispensando a presença da vítima.
 - (D) planejar encontros de apoio do ofensor com pessoas relevantes da comunidade que assegurem sua integração após o cumprimento da pena.
 - (E) promover círculos restaurativos com agentes comunitários que, com o ofensor, refletem sobre como o ambiente contribuiu para a prática do delito.

30. Uma jovem cuidou da mãe, viúva e deprimida, desde os 8 anos de idade. A mãe, por sua vez, aceitava de bom grado os cuidados da filha e a pressionava a cuidar também dos três irmãos mais novos. Na visão de John Bowlby, possivelmente a jovem desenvolveu, como comportamento de ligação, a
- (A) solicitude compulsiva.
 - (B) ligação ansiosa.
 - (C) indiferença emocional.
 - (D) ligação ressentida.
 - (E) autoconfiança compulsiva.
31. O terapeuta de uma criança de 5 anos é nomeado como perito na ação de regulamentação de visitas que envolve os pais litigantes de seu cliente. Nessas circunstâncias, o psicólogo deve
- (A) atuar como perito no caso em pauta, mediante autorização do responsável legal pela criança.
 - (B) acatar a nomeação, dado que, pela idade de seu cliente, ele não está obrigado a sigilo profissional.
 - (C) solicitar ao Conselho Federal de Psicologia a autorização para atuar como perito no caso em questão.
 - (D) aceitar o encargo e deixar de atender a criança como terapeuta a fim de eliminar o conflito entre as duas formas de atuação.
 - (E) se declarar impedido, pois questões de sigilo decorrentes de sua atuação como terapeuta podem impedi-lo de comunicar informações importantes a terceiros.
32. Com base na literatura da área, John Bowlby identifica, na infância de indivíduos psicopatas, maior frequência de
- (A) maus-tratos físicos.
 - (B) experiências de vitimização sexual.
 - (C) rupturas de vínculos afetivos.
 - (D) problemas orgânicos associados.
 - (E) pelo menos um genitor alcoólatra.
33. Conforme destaca C. Sanderson, vários fatores determinam o impacto do abuso sexual em crianças e a maneira como elas reagirão a experiências dessa natureza. Entretanto, quase invariavelmente, observa-se na vítima uma intensa degradação da autoestima provocada por sentimentos de
- (A) tristeza.
 - (B) raiva.
 - (C) desamparo.
 - (D) vergonha.
 - (E) culpa.
34. Segundo a visão de S. Rovinski (em Hutz *et al.*, 2020), o relatório psicossocial de adolescentes que cumprem medida socioeducativa deve
- (A) contribuir para a identificação de características do adolescente compatíveis com um perfil de delinquente, a fim de indicar as medidas corretivas necessárias.
 - (B) incluir as representações que o adolescente desenvolveu a respeito de valores sociais, lei e justiça, a fim de compreender como se deu sua incursão na marginalidade.
 - (C) se ater às condições socioculturais que causaram a conduta transgressora do adolescente, favorecendo a compreensão do contexto em que se deu a transgressão.
 - (D) limitar-se aos quesitos propostos pela autoridade judiciária, a fim de fornecer elementos para tomadas de decisão quanto à progressão ou suspensão da medida aplicada.
 - (E) ter foco nas habilidades e recursos psicológicos do adolescente em comparação ao grupo etário, a fim de propor um plano de atendimento individual que promova os aspectos saudáveis do jovem transgressor.
35. Aplicando-se a perspectiva de análise foucaultiana das formas de legitimação e das formas de dominação às questões de gênero, pode-se afirmar que as relações de gênero
- (A) são constituídas nos jogos de saber/poder em que os indivíduos estão imersos, que produzem os corpos e as formas assumidas pelas relações.
 - (B) estão inscritas em uma matriz biológica que define *a priori* sua formatação, mas que é passível de modificação pela cultura.
 - (C) estão relacionadas a formas cristalizadas de dominação praticamente inalteráveis, tomadas como verdade naturalmente legitimada no nível inconsciente.
 - (D) sempre estarão sujeitas aos jogos de saber/poder, dado que as formas de resistência não têm vigor suficiente para suplantar as formas de dominação.
 - (E) se dão no âmbito individual e privado, e é nesse contexto que deverão ser problematizadas, compreendidas e resolvidas.
36. De acordo com C. Sanderson (2005), o tipo de pedófilo mais comum é o abusador compulsivo. Uma característica desse tipo de abusador é
- (A) ter uma vida paralela convencional, sendo em geral casado, com filhos.
 - (B) ter teste de realidade intacto, sem tendência a distorções cognitivas.
 - (C) ser percebido como “normal” e bastante gentil na comunidade.
 - (D) preferir crianças com deficiências físicas ou mentais que são mais vulneráveis.
 - (E) apresentar comportamento social imaturo e um tanto agressivo.

37. Um psicólogo é chamado a atuar como perito em um processo que envolve acusação de abuso sexual de uma criança pelo pai, com demanda de posicionamento do perito frente ao quadro de esquizofrenia do acusado. Nessas circunstâncias, segundo S. Rovinski (em Lourenço, Ortiz e Shine, 2021), o psicólogo deve
- (A) indicar a probabilidade de presença do transtorno e encaminhar o pai para tratamento adequado na rede pública.
 - (B) anexar algum atestado médico que confirme ou afaste o diagnóstico ao documento elaborado após avaliação psicológica do pai.
 - (C) emitir um atestado psicológico confirmando ou não o diagnóstico nosológico, após realizar a avaliação psicológica do acusado.
 - (D) esclarecer, em petição juntada aos autos do processo, que não cabe a psicólogos se manifestarem sobre diagnósticos nosológicos.
 - (E) elaborar um laudo psicológico com descrição detalhada do transtorno e suas implicações legais para o caso em discussão.
38. Um menino de 9 anos é levado a um psicólogo com a queixa de exposição frequente a intimidação e constrangimento sistemático (*bullying*) na escola. A mãe refere já ter conversado com a escola que, até o momento, tem ignorado o problema. De acordo com a legislação brasileira (Lei nº 13.431/17), tal prática de *bullying*
- (A) é passível de tipificação criminosa por ser entendida como violência psicológica contra crianças e adolescentes.
 - (B) não está prevista em lei quando ocorre entre crianças, cabendo aos envolvidos enfrentar o problema e suas consequências.
 - (C) se caracterizará como violência se a criança vitimizada não puder se defender por ter idade ou tamanho inferiores aos do ofensor.
 - (D) será tipificada criminalmente desde que envolva atos de agressão física entre duas ou mais crianças ou adolescentes.
 - (E) só poderá ser caracterizada como violência contra criança ou adolescente se o ofensor tiver entre 12 e 18 anos de idade.
39. Um psicólogo, ao entrevistar uma criança pequena particularmente resistente ao contato, como parte de uma avaliação pericial, acaba por deixar de anotar o que a criança diz ou faz e centrar sua atenção somente na relação com a criança. Tal decisão do psicólogo, segundo B. Cattani (em Hutz *et al.*, 2020), é
- (A) pouco relevante, porque manter um *rapport* adequado é mais importante do que o registro das informações no contexto pericial.
 - (B) incorreta, porque ele deveria, antes, inquirir a criança se o fato de ele fazer anotações a estava deixando nervosa.
 - (C) acertada, porque posteriormente ele poderá indagar a mãe da criança sobre informações que lhe pareçam duvidosas.
 - (D) questionável, porque ele poderia fazer anotações de forma discreta, sem prejudicar necessariamente o *rapport*.
 - (E) recomendável, porque de modo geral fazer anotações em contextos avaliativos compromete o *rapport*.
40. Um promotor de Justiça pondera aplicar a internação em estabelecimento educacional de um adolescente de 16 anos que cometeu crime de latrocínio. Nessa situação, é possível afirmar que
- (A) tal medida será aplicada se medidas socioeducativas mais leves já tiverem sido aplicadas ao adolescente.
 - (B) em caso de adolescentes, a medida a ser aplicada só poderá ser definida pelo Conselho Tutelar.
 - (C) a medida escolhida não poderá ser aplicada porque não está regulamentada pelo PNAS (Política Nacional de Assistência Social).
 - (D) dada a gravidade do crime, a medida será aplicada por sua natureza punitiva como proteção à sociedade.
 - (E) a medida de internação só poderá ser aplicada se nenhuma outra medida se mostrar adequada.
41. Quando se observa a violência transgeracional presente nos conflitos conjugais, pode-se ponderar que os papéis sexuais estereotipados, herdados das experiências de infância de cada cônjuge,
- (A) dificilmente serão modificados por fatores de proteção externa, como a rede de apoio.
 - (B) poderão se modificar apenas por intervenções da Justiça que coíbam condutas violentas.
 - (C) só se modificarão a partir de fatores internos do casal, como a resiliência individual.
 - (D) poderão levar à naturalização da violência como forma de negociação na relação conjugal.
 - (E) tenderão a mudar naturalmente à medida que a relação do casal desenvolver sua própria história.

42. Um profissional de saúde, ao indagar a filha de um idoso atendido em um equipamento de saúde, sobre a rotina de vida de seu pai, toma conhecimento de que esse senhor não sai do quarto, pois não tem ânimo para se aventurar fora desse espaço restrito. Por isso, praticamente não interage com filha, genro e netos que moram na casa, se movimenta muito pouco e não toma sol. Nessas circunstâncias, a possibilidade de essas condições de vida caracterizarem uma forma de violência contra o idoso estará
- (A) configurada, porque a família não força o idoso a ter hábitos saudáveis.
 - (B) caracterizada, pois autonegligência também é uma forma de violência contra o idoso.
 - (C) descartada, porque o isolamento do idoso é opção do próprio idoso.
 - (D) afastada, se não forem constatados prejuízos físicos à saúde do idoso.
 - (E) confirmada, pois indica abandono por parte da família por não o demover do isolamento.
43. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) elenca, no art. 112, as medidas socioeducativas que podem ser aplicadas ao adolescente, uma vez constatado o ato infracional. O tipo de medida aplicada, segundo o mesmo artigo, deverá levar em conta, além da gravidade da infração,
- (A) as circunstâncias em que a infração foi cometida e a capacidade do adolescente de cumprir a medida.
 - (B) o grau de consciência do adolescente de sua responsabilidade e do impacto, nas vítimas, do ato que cometeu.
 - (C) o histórico do adolescente e a presença de uma rede social de apoio que contribua para sua adaptação social.
 - (D) a presença de transtorno psicológico e potencial de adaptação social conforme avaliados por estudo psicossocial.
 - (E) a idade do adolescente e sua capacidade de avaliar e reparar o ato infracional cometido por meio de um programa restaurativo.
44. Após o pedido de divórcio de seu esposo, a Sra. Maria José, guardiã do filho de 4 anos do casal, tem dificultado o encontro da criança com o genitor, alegando compromissos e atividades da criança nos períodos previstos no regime de visitas. De acordo com a Lei nº 12.318/2010, essa situação caracteriza
- (A) violência contra a criança por impedir o convívio com o pai.
 - (B) alienação parental por parte da genitora, por dificultar o convívio da criança com o pai.
 - (C) atitude opositora da mãe em relação ao ex-cônjuge.
 - (D) abuso de poder da mãe decorrente de sua condição de guardiã.
 - (E) uso legítimo dos direitos de guardiã quanto ao regime de visitação.
45. Um psicólogo é nomeado por um juiz da vara de família de sua cidade para a realização da avaliação psicológica dos pais de uma criança de 4 anos em um processo de disputa de guarda. De acordo com as Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos(os) em Varas de Família, nessas circunstâncias, cabe ao psicólogo
- (A) diagnosticar eventuais transtornos mentais ou desvios de personalidade dos genitores que possam colocar a criança em risco.
 - (B) limitar-se a responder aos quesitos elaborados pelo Ministério Público de modo a subsidiar a decisão do juiz.
 - (C) identificar as potencialidades de cada genitor sob a perspectiva do relacionamento das partes e das necessidades da criança.
 - (D) definir a melhor regulamentação de convivência, tendo em vista a idade da criança e as características psicológicas de cada genitor.
 - (E) atender à demanda explicitada pelo magistrado quando da nomeação do perito para realização do estudo psicológico.
46. Na visão de José Bleger, o enquadramento (ou *setting*), no contexto da entrevista clínica, deve ser
- (A) fluido, para acomodar as oscilações da personalidade do entrevistador e do entrevistado na entrevista.
 - (B) flexível, de modo a se ajustar às demandas específicas trazidas pelos entrevistados individualmente.
 - (C) rígido, para funcionar como um tipo de padronização da situação de entrevista para o entrevistador.
 - (D) dinâmico, para se adaptar ao desenvolvimento da entrevista e da interação entrevistador-intervistado.
 - (E) personalizado, de modo a aproveitar ao máximo os recursos da personalidade do entrevistado.
47. A Lei nº 13.431, que estabelece o sistema de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, caracteriza o Depoimento especial como
- (A) uma entrevista inicial investigativa conduzida em instalações do Conselho Tutelar por um conselheiro, com vistas a fundamentar denúncia de violência contra criança ou adolescente.
 - (B) um procedimento de entrevista por profissional especializado com a criança ou adolescente sobre uma possível situação de violência, com vistas à proteção da vítima.
 - (C) a colheita de depoimento de vítima de violência criança ou adolescente, na Delegacia de Polícia, por profissional especializado, com vistas à possibilidade de abertura de inquérito policial.
 - (D) o acareamento entre vítima e agressor para identificação do responsável pelo ato delituoso, sem contato visual entre a criança ou o adolescente vitimizado e o acusado.
 - (E) a oitiva da vítima, criança ou adolescente, perante a autoridade policial ou judiciária, com vistas a apurar possíveis situações de violência sofridas.

48. Conforme aponta C. Peiter (2016), sob a perspectiva jurídica, uma criança estará pronta para ser adotada quando
- (A) uma família devidamente avaliada demonstrar interesse em adotar uma criança.
 - (B) a família de origem não tiver condições econômicas de sustentar a criança.
 - (C) a criança manifestar o desejo de estabelecer novos vínculos.
 - (D) os pais biológicos tiverem sido destituídos do poder familiar.
 - (E) tiver desenvolvimento cognitivo suficiente para compreender o processo de adoção.
49. Um psicólogo judiciário é solicitado a desenvolver um trabalho de preparação de uma criança de 10 anos que se encontra em vias de ser adotada. De acordo com levantamento feito por C. Peiter (2016), no estado de São Paulo essa prática tem sido
- (A) voltada principalmente para a avaliação da disponibilidade psíquica da criança para o estabelecimento de novos vínculos familiares.
 - (B) considerada incompatível com a formação do psicólogo judiciário, que não envolve necessariamente a prática clínica.
 - (C) realizada regularmente nos fóruns do estado, embora não seja determinada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
 - (D) direcionada essencialmente para a promoção de vínculos em sessões conjuntas com a família adotante e a criança a ser adotada.
 - (E) dispensada com crianças a partir de 10 anos de idade, capazes de compreender os riscos inerentes ao processo de adoção.
50. Ao elaborar o documento decorrente de uma avaliação psicológica no contexto forense, conforme recomenda S. Rovinski (em Lourenço, Ortiz e Shine, 2021) o psicólogo deve ter em mente que tal documento deve
- (A) assegurar o uso de linguagem compatível com a teoria psicológica que o fundamenta, embora nem sempre inteligível para profissionais de outras áreas.
 - (B) incorporar os dados das entrevistas que lhe pareçam verossímeis e descartar aqueles que lhe pareçam fantasiosos ou distorcidos.
 - (C) se fundar em pensamento científico rigoroso associado a um olhar empático que valorize a essência humana do examinando.
 - (D) ser bem mais sucinto e breve do que o produzido no contexto clínico, porque a demanda é mais pontual e focada.
 - (E) apresentar os dados obtidos de outras avaliações realizadas, de modo a confirmar as próprias conclusões.
51. Um psicólogo realiza uma avaliação psicológica a ser incluída em um processo civil em andamento, a pedido de uma das partes envolvidas. Nessas condições, o documento a ser elaborado pelo profissional, de acordo com a Resolução CFP nº 06/2019, será identificado como
- (A) parecer, porque no contexto jurídico nenhuma avaliação psicológica pode envolver um diagnóstico psicológico.
 - (B) laudo psicológico, por ser elaborado a partir de uma avaliação psicológica e ter natureza técnico-científica.
 - (C) relatório, por se tratar de documento elaborado com vistas ao contexto jurídico, para subsidiar a decisão do Juiz.
 - (D) relatório multiprofissional, porque será apreciado por outros profissionais envolvidos no processo, como assistentes sociais e advogados.
 - (E) parecer, relatório ou laudo, a depender do instrumental utilizado pelo psicólogo na avaliação.
52. Uma clínica-escola atende uma criança em psicoterapia, a pedido da mãe, que detém a guarda unilateral da criança. Ao tomar ciência do atendimento, o pai solicita informações que o mantenham a par da evolução do atendimento. Nessas circunstâncias, segundo a Lei nº 13.058/2014, a clínica deve
- (A) fornecer o que foi solicitado porque o pai é parte legítima para pedir informações que afetem direta ou indiretamente a saúde psicológica do filho.
 - (B) atender à solicitação após realizar uma avaliação do pai que assegure a motivação voltada para os interesses da criança.
 - (C) negar a solicitação, uma vez que a guarda não é compartilhada, e o pai não detém a guarda unilateral.
 - (D) manter o pai informado apenas com o consentimento da mãe, que detém a guarda unilateral.
 - (E) decidir internamente a decisão a ser tomada, pois, por ser clínica-escola, os serviços à comunidade têm precedência sobre os interesses individuais.

CONHECIMENTOS GERAIS

ATUALIDADES E DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS

53. Israel e o Hamas chegaram a um cessar-fogo nesta quinta-feira (20.mai) depois de 11 dias de confronto na Faixa de Gaza. A trégua ocorre depois de forte pressão internacional, liderada pelos Estados Unidos.

Desde a segunda-feira (10.mai), ao menos 232 pessoas morreram do lado palestino. Os ataques com foguetes lançados pelos militantes palestinos mataram ao menos 12 israelenses.

(Exame – <https://bit.ly/3Dx4BRc> - Publicado em 20.mai.2021. Acesso em 07.dez.2021. Adaptado)

Um das razões para a nova escalada de violência teve origem

- (A) no aumento de refugiados árabes que ampliam a expansão das áreas ocupadas pelos palestinos.
 - (B) nas pressões exercidas pelo Hamas, para exigir a renúncia do primeiro ministro Netanyahu, acusado de corrupção.
 - (C) na luta palestina pelo acesso às fontes de água controladas pelos israelenses na região de Jerusalém.
 - (D) nas ameaças de despejo de inúmeras famílias palestinas que vivem em um bairro de Jerusalém Oriental.
 - (E) na tentativa de grupos palestinos de invasão de áreas da Cisjordânia, ocupadas pelos israelenses.
54. O presidente Jair Bolsonaro sancionou hoje (28.jul) o projeto de lei que cria o programa de cooperação Sinal Vermelho. A sanção, realizada durante cerimônia no Palácio do Planalto, oficializa para todo o país a medida que foi implantada inicialmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

(UOL- <https://bit.ly/3y1GDfy> - Publicado em 29.jul.2021. Acesso em 07.dez.2021. Adaptado)

O Programa Sinal Vermelho

- (A) propõe aumento das penalidades para maus-tratos em animais.
- (B) consolida a legislação referente às penalidades impostas aos menores infratores.
- (C) amplia os cuidados para com o transporte de crianças em veículos automotores.
- (D) restringe os poderes pátrios dos agressores de crianças com deficiências intelectuais.
- (E) tem como objetivo combater a violência doméstica contra as mulheres.

55. Aline, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga Judiciária, do Tribunal de Justiça de São Paulo, pelos termos da Lei Estadual nº 10.261/68, tem assegurado o direito de

- (A) requerer ou representar, bem como pedir reconsideração e recorrer de decisões, no prazo de 30 (trinta) dias, salvo previsão legal específica.
- (B) recorrer das decisões emanadas pela autoridade imediatamente superior, no prazo de 20 (vinte) dias, salvo previsão legal em contrário.
- (C) pedir reconsideração da decisão proveniente do seu chefe imediato, que indeferiu a sua representação escrita, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias.
- (D) pedir reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como recorrer de decisões, no prazo de 20 (vinte) dias, salvo previsão legal específica.
- (E) requerer à autoridade superior, informações legais referentes ao cargo que ocupa, no prazo máximo de 03 (três) dias.

56. A Lei Estadual nº 10.261/68 disciplina as penalidades a serem aplicadas aos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, quando do cometimento de faltas disciplinares, considerando-se a natureza e a gravidade da infração, bem como os danos que delas provierem para o serviço público.

Assinale a alternativa que, corretamente, aponta uma falta disciplinar punível com a pena de demissão.

- (A) Praticar ato definido em lei como improbidade.
- (B) Praticar insubordinação grave.
- (C) Inassiduidade.
- (D) Exercer advocacia administrativa.
- (E) Lesar o patrimônio ou os cofres públicos.

57. Nos termos do que prescreve a Lei nº 8.429/92, qualquer ação ou omissão de forma dolosa que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas nessa Lei, é considerado um ato de improbidade administrativa que:

- (A) decorre de concessão indevida.
- (B) causa prejuízo ao erário.
- (C) causa aplicação indevida de benefício financeiro.
- (D) importa em enriquecimento ilícito.
- (E) atenta contra os princípios da Administração Pública.

58. Por meio do MS-Word 2016, em sua configuração padrão, um psicólogo preparou um laudo de avaliação psicológica, primeiro digitando o texto e, em seguida, aplicando as seguintes 3 formatações, na sequência especificada.

- I. Aplicou alinhamento justificado em todo o texto.
- II. Marcou alguns trechos de texto em negrito.
- III. Criou uma lista numerada.

Os tipos de formatação a que se referem os itens I, II e III são, respectivamente, encontrados nos grupos _____, _____ e _____ da guia Página Inicial.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado.

- (A) Parágrafo ... Fonte ... Parágrafo
- (B) Fonte ... Parágrafo ... Fonte
- (C) Parágrafo ... Parágrafo ... Fonte
- (D) Fonte ... Fonte ... Parágrafo
- (E) Fonte ... Fonte ... Fonte

59. A planilha a seguir foi elaborada por meio do MS-Excel 2016, em sua configuração padrão.

	A	B
1	Mês	Atendimentos
2	Janeiro	30
3	Fevereiro	40
4	Março	25
5	Abril	23
6	Mai	38
7	Junho	20
8		

O valor exibido na célula A8, após esta ser preenchida com a fórmula =MAIOR(B2:B7;2) será:

- (A) 40
- (B) 25
- (C) 30
- (D) 38
- (E) 20

60. Um psicólogo, por meio do MS-Outlook 2016, em sua configuração padrão, deseja enviar um laudo anexado a uma mensagem de correio eletrônico para 2 destinatários. Ambos os destinatários devem ter ciência de que o anexo foi enviado para os dois. Se o primeiro destinatário for adicionado no campo Para, o segundo destinatário pode estar no campo

- (A) Cco.
- (B) Cc.
- (C) De.
- (D) Assunto.
- (E) Anexo.

61. Uma equivalente lógica para a afirmação – Se o dia foi corrido, então trabalhei muito – está contida na alternativa:

- (A) Se o dia não foi corrido, então não trabalhei muito.
- (B) Se trabalhei muito, então o dia foi corrido.
- (C) O dia foi corrido e não trabalhei muito.
- (D) O dia não foi corrido e trabalhei muito.
- (E) Se não trabalhei muito, então o dia não foi corrido.

62. Sabe-se que todos os que foram aprovados para o cargo de psicólogo fizeram um concurso, e que alguns desses aprovados ainda não assumiram o cargo. Sabe-se, também, que Bruno e Carla fizeram o concurso. Sendo assim, é correto afirmar que

- (A) se Bruno foi aprovado no concurso, então ele está aguardando para assumir o cargo.
- (B) se Carla não assumiu o cargo, então ela não foi aprovada no concurso.
- (C) se Bruno foi aprovado no concurso, então ele já assumiu o cargo.
- (D) se Carla assumiu o cargo, então ela foi aprovada no concurso.
- (E) se Carla não assumiu o cargo, então ela está aguardando para assumir.

63. Considere falsidade a seguinte afirmação:

“Se Marta é psicóloga e feliz, então Carlos é médico ou advogado.”

Com base nas informações apresentadas, é verdade que

- (A) Carlos não é advogado e Marta não é psicóloga.
- (B) Marta não é feliz e Carlos não é advogado.
- (C) Carlos não é médico e Marta é psicóloga.
- (D) Marta não é psicóloga e Carlos não é médico.
- (E) Marta é feliz e Carlos é advogado.

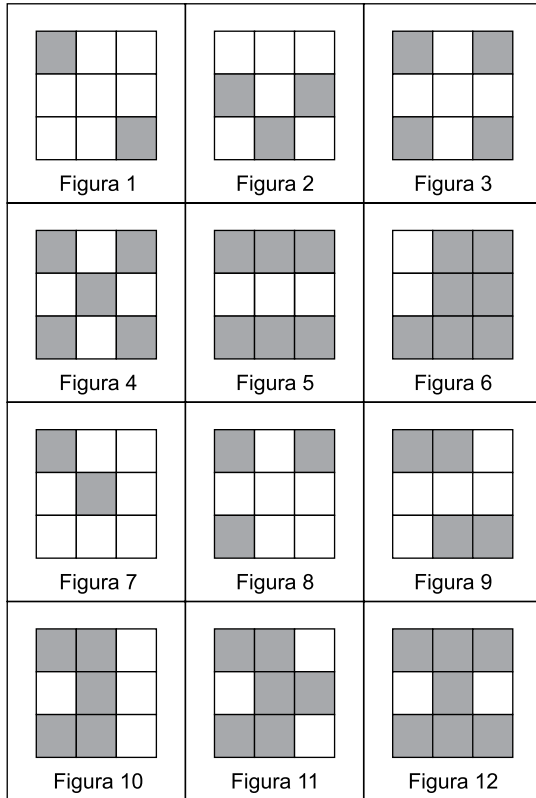
64. Considere a seguinte afirmação:

“Todos erram e merecem uma segunda chance.”

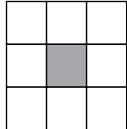
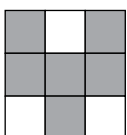
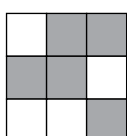
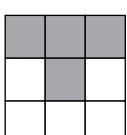
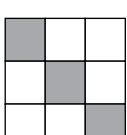
Uma negação lógica para a afirmação apresentada é:

- (A) Ninguém erra e merece uma segunda chance.
- (B) Ninguém erra e não merece uma segunda chance.
- (C) Ninguém erra ou não merece uma segunda chance.
- (D) Existe quem não erra e não merece uma segunda chance.
- (E) Existe quem não erra ou não merece uma segunda chance.

65. Considere a sequência a seguir, em que cada figura tem uma característica, o que permite que uma figura de determinada posição possa ser substituída por outra figura, desde que mantenha a característica daquela posição.



Mantendo-se a regularidade existente na sequência de figuras apresentadas, assinale a alternativa que contém uma figura que pode ser inserida nessa sequência, como Figura 983.

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 
- (E) 

66. Hugo, Isabelly e Yasmin moram em cidades diferentes e praticam esportes diferentes, cada um praticando um único esporte. Eles moram nas cidades de São Paulo, São Pedro e São Vicente, não necessariamente, nessa ordem, e os esportes que praticam são mergulho, parapente e skate, também, não necessariamente, nessa ordem. Sabe-se que quem voa de parapente não mora em São Vicente; Yasmin não mergulha e não mora em São Paulo; Hugo mora em São Pedro e não voa de parapente; e quem mora em São Paulo não mergulha.

Com essas informações, conclui-se corretamente que

- (A) Isabelly pratica parapente.
 (B) quem mergulha mora em São Vicente.
 (C) quem mora em São Paulo pratica skate.
 (D) Yasmin mora em São Pedro.
 (E) Hugo pratica skate.
67. A Taxa Selic é a taxa básica de juros da economia brasileira, que serve como referência para o cálculo de juros diversos. No mês de janeiro de 2021, a Taxa Selic era de 2,00% e, em dezembro, de 9,25%. Logo, é correto afirmar que, de janeiro para dezembro de 2021, houve um aumento, nessa taxa, correspondente a

- (A) 9,25%
 (B) 107,25%
 (C) 369,50%
 (D) 362,50%
 (E) 7,25%

68. Em determinado órgão público, antes do último concurso, o número de servidores que exerciam um cargo A excedia em 30 o número de servidores que exerciam um cargo B, sendo a razão entre esses números de servidores igual a $\frac{6}{5}$. Após o último concurso, com a entrada de

30 novos servidores, sendo uma parte para exercer o cargo A e os demais para exercer o cargo B, aquela razão inicial passou a ser igual a $\frac{5}{4}$. Depois do concurso, o número de servidores que passaram a exercer o cargo B foi igual a

- (A) 170.
 (B) 190.
 (C) 180.
 (D) 200.
 (E) 160.

69. Para a produção de uma quantidade Q de litros de um suco concentrado em 4,5 horas, 3 máquinas idênticas trabalham, juntas e ininterruptamente, com a capacidade máxima de produção.

Da última vez em que se produziu a quantidade Q de litros de suco, uma das 3 máquinas parou a produção no exato momento em que se produziu 60% da referida quantidade de litros, e as demais máquinas concluíram o serviço, nas mesmas condições de trabalho. Nessa ocasião, o tempo necessário para a produção da quantidade Q de litros do suco foi maior em

- (A) 1 hora e 03 minutos.
- (B) 1 hora e 12 minutos.
- (C) 1 hora e 30 minutos.
- (D) 54 minutos.
- (E) 48 minutos.

70. A modelagem de certo problema resultou no número $\sqrt[5]{243^2}$, que também pode ser representado por

- (A) 7.
- (B) 9.
- (C) 5.
- (D) 11.
- (E) 13.

